



**RESOLUÇÃO CONJUNTA GPGJ/CGMP nº 19**

**DE 26 DE JUNHO DE 2019.**

*Ver [Resumo e Detalhes do Ato Normativo.](#)*

*Altera a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 02, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a utilização do sistema Módulo de Gestão de Processos – Sistema MGP, cria as Tabelas Processuais Unificadas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que o Módulo de Gestão de Processos (MGP) deve refletir, em sua completude, os atos funcionais praticados pelo Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a inegável importância dos aditamentos aos termos de ajustamento de conduta e às representações;

**CONSIDERANDO**, ainda, o teor do Processo MPRJ nº 2018.00898852,

## **RESOLVEM**

**Art. 1º** - O § 1º do art. 2º da [Resolução Conjunta GPGJ nº 02, de 21 de janeiro de 2010](#), alterada pelas [Resoluções Conjuntas GPGJ/CGMP nº 12, de 10 de janeiro de 2013](#), [nº 14, de 13 de novembro de 2013](#), e [nº 16, de 09 de janeiro de 2018](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º (...)*

*§ 1º - É obrigatória a anexação de peças que contenham a manifestação do membro do Ministério Público, em formato PDF (Portable Document Format), quando se referirem aos movimentos abaixo relacionados:*

*I - Aditamento/Portaria*

*II - Aditamento/Denúncia;*

*III - Aditamento/Petição Inicial;*

*IV - Aditamento/Representação;*



- V - Aditamento/Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);*
- VI - Ajuizamento de ação/Petição inicial;*
- VII - Ajuizamento de ação/Denúncia escrita;*
- VIII - Ajuizamento de ação/Representação por ato infracional;*
- IX - Ajuizamento de ação/Requerimento de Medida Protetiva;*
- X - Ajuizamento de ação/Requerimento de Outras Medidas Cautelares (Não Incidentais);*
- XI - Impetração de remédio constitucional;*
- XII - Alegações finais/Memoriais;*
- XIII - Arquivamentos;*
- XIV - Audiência Pública/Proponente;*
- XV - Manifestações sobre o mérito em 1º grau;*
- XVI - Manifestações sobre o mérito em 2º grau;*
- XVII - Parecer recursal;*
- XVIII - Portarias;*
- XIX - Conversões;*
- XX - Recomendação;*
- XXI - Recursos/Razões;*
- XXII - Recursos/Contrarrazões;*
- XXIII - Reunião/Realização;*
- XXIV - Termo de ajustamento de conduta;*
- XXV - Indeferimentos liminares;*
- XXVI - Prorrogação de Prazo de Investigação.”*

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2019.

José Eduardo Ciotola Gussem  
Procurador-Geral de Justiça

Luciana Sapha Silveira  
Corregedora-Geral do Ministério Público



### Detalhes do Ato Normativo

[Voltar ao Título](#)

<b>Espécie:</b>	Resolução Conjunta
<b>Origem:</b>	GPGJ – Gabinete do Procurador-Geral de Justiça / CGMP – Corregedoria-Geral do Ministério Público
<b>Número:</b>	19
<b>Data:</b>	26/06/2019
<b>D.O.:</b>	<u>DOe MPRJ de 26/06/2019</u>
<b>Publicação:</b>	27/06/2019
<b>Republicação:</b>	-
<b>Vigência:</b>	Sim
<b>Alterações:</b>	-
<b>Procedimento Administrativo:</b>	MPRJ nº 2018.00898852
<b>Área:</b>	Legislação Institucional - Área Administrativa
<b>Tema:</b>	Tecnologia da Informação
<b>Assunto:</b>	-
<b>Resumo:</b>	Altera a <u>Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 02 /2010</u> , que dispõe sobre a utilização do Sistema Módulo de Gestão de Processos –MGP, para ampliar o rol de movimentos atrelados a peças de anexação obrigatória no sistema, com a inclusão dos itens “Aditamento/Representação” e “Aditamento//Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)”.
<b>Leitura Correlata:</b>	- ( <a href="#">pesquisar mais</a> )
<b>Estruturas Correlatas:</b>	Comitê Gestor de Sistemas de Informação - CGSI ( <a href="#">ver organograma</a> )
<b>Observações:</b>	-
<b>Revisões:</b>	-